

## SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS PROTOCOLO Nº 11.914.482-5

# PREGÃO PRESENCIAL N.º 047/2013 CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 146/2013



CONTRATO que entre si celebram o ESTADO DO PARANÁ, através da SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS - SEJU, e a empresa FMC TRADE IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.

O ESTADO DO PARANÁ, através da SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS - SEJU, com sede em Curitiba / PR, na R. Jacy Loureiro de Campos, s/n, 2º andar, Centro Cívico, CNPJ nº 40.245.920/0001-94, a seguir denominada apenas SEJU, neste ato representada por sua titular, Dra. MARIA TEREZA UILLE GOMES, RG 3.028.650-2 e CPF 535.731.619-87, e a empresa FMC TRADE IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA, com sede em Colombo/Pr, na Rua Egito, nº53, Bairro Alto da Cruz III, CEP 83.405-160, Fone/Fax: (41) 3037-3089, email: fmc@netpar.com.br, CNPJ nº 09.111.572/0001-12, a seguir denominada CONTRATADA, representada por seu Sócio-Gerente, Sr FÁBIO MURILO CHIERIGATTI, CPF nº 768.219.869-91, celebram o presente Contrato, decorrente do protocolo nº 11.914.4812-5, Pregão Presencial nº. 047/2013, sujeitando-se as partes à Lei Federal nº. 10.520/2002, e Lei Estadual nº 15.608/07, e suas alterações posteriores, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº. 8.666/93, além das demais disposições legais aplicáveis e às cláusulas deste.

#### DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA: O objeto do presente contrato é a aquisição de máquina bordadeira industrial, máquina de costura e elastiqueira, conforme o especificado na proposta da CONTRATADA e no edital do Pregão Presencial nº 047/2013, partes integrantes e inseparáveis deste instrumento.

Os objetos deverão seguir as seguintes especificações:

Máquina bordadeira industrial, com 2 cabeças e 12 agulhas. Sistema de deslocamento do quadro com função Off Set, que possibilita pausar o bordado para ajustes e retomar o trabalho do mesmo ponto. Painel de fácil manuseio com entrada USB para leitura de formatos DST (universal). Memória para 99 desenhos ou 250 mil pontos. Cabeçotes com sistema de sensor de quebra de linha rotativo. Design exclusivo e estrutura reforçada proporcionam baixo níveis de ruído e vibração. Acompanha o Kit cilíndrico para bordado de bonés. Possui lançadeiras japonesas. Velocidade: 850ppm, Nº agulhas:12. Área: 450x450mm e Tela: 5", bivolt.

Máquina Travete eletrônica com motor direct drive e costura programável, com até 99 tipos de pontos. Ideal para pregar etiquetas, velcro e costuras de reforço. Calcadores especiais que permitem pregar etiquetas, união de elásticos largos para cuecas, ilhós em boné, caseado reto e caseado de olho. Motor direct drive Quick Rotan conectado direto no cabeçote reduz o consumo energia e diminui ruído e vibrações. Painel de comando possui 49 tipos de costura programada na memória além de teclas de atalho (P1 à P8) com 08 memórias disponíveis para armazenar os principais tipos de costuras mais utilizados. Permite combinar 16 tipos de travetes diferentes na mesma sequência, reduzindo com isso o número de operações. Podemos aumentar ou diminuir o tamanho do ponto pelo painel, sem necessidade de ajuste mecânica. Levantamento automático do calcador: solenóide é montado do lado externo da máquina evita que o mecanismo do calcador trave em seu manuseio. Sistema de corte linha - Faca fixa e móvel capaz de cortar linhas finas e grossas. Sistema de lubrificação semi-automática: é feita através de pavio que direciona o óleo até as peças principais da máquina. Com esse sistema evitam-se vazamentos de óleo e mancha no tecido. Criação e gravação de costuras personalizadas, pode se fazer um número ilimitado de criações de costura personalizada no formato geométrico através de um software de desenvolvimento, o arquivo é transferido ao Hardware da máquina através de um cabo serial, bivolt.

Elastiqueira 12 agulhas. Máquina de pregar elástico. 12 agulhas com catraca, bivolt.

DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

CLÁUSULA SEGUNDA: Observado o disposto no art. 67 da Lei Federal nº. 8.666/93 e no art. 128 da Lei Estadual nº 15.608/2007, o acompanhamento e fiscalização do fornecimento objeto deste contrato Página 1/8





## SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS PROTOCOLO Nº [1.914482-5

#### PREGÃO PRESENCIAL N.º 047/2013 CONTRATO ADMINISTRATIVO № 146/2013

será realizada pela Divisão Ocupacional e de Produção - DIPRO do DEPEN / Grupo Auxiliar Administrativo – GAA do DEPEN.

2.1. O acompanhamento e fiscalização deste Contrato pela SEJU não excluem nem reduzem a responsabilidade da CONTRATADA pelo cumprimento das obrigações decorrentes deste instrumento.

### DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

CLÁUSULA TERCEIRA: Constituem obrigações:

3.1. Da SEJU:

3.1.1. Efetuar o pagamento nos termos especificados neste Contrato.

3.1.2. Definir a quantidade de produtos a serem entregues, o prazo e o local da entrega.

3.1.3. Notificar a CONTRATADA quanto à irregularidade observada na execução do Contrato, fixandolhe prazo para corrigi-la, sendo que a reincidência acarretará as sanções previstas neste Contrato sem prejuízo das sanções previstas na legislação aplicável.

3.1.4. Rejeitar o fornecimento efetivado em desacordo com o previsto neste Contrato, ou em

desconformidade com as normas legais ou técnicas pertinentes ao seu objeto.

3.1.5. Assegurar, respeitadas as normas internas, o acesso dos funcionários da CONTRATADA ao local de entrega dos produtos, desde que devidamente identificados por crachá.

#### 3.2. Da CONTRATADA:

3.2.1. Cumprir fielmente o contrato, de modo que os produtos sejam fornecidos de acordo com as exigências estabelecidas, ressalvado à SEJU o direito de, a qualquer tempo e sempre que julgar necessário, proceder à análise dos produtos fornecidos, ficando o ônus decorrente desta análise a cargo exclusivo da CONTRATADA.

3.2.2. Fornecer os produtos obedecendo às quantidades requisitadas, horários, prazos e locais

estabelecidos para a entrega.

3.2.3. Proceder à substituição dos produtos considerados impróprios para o uso, dentro de 72 horas.

3.2.4. Aceitar, mediante solicitação da SEJU, que se proceda a mudanças no dia e horário da entrega dos produtos, sempre que houver necessidade.

3.2.5. Manter estoque mínimo na quantidade necessária para assegurar a continuidade do fornecimento.

3.2.6. Facilitar, se solicitado, o acesso de servidor da SEJU às suas dependências para efeito de

fiscalização e controle de qualidade dos produtos objeto deste Contrato.

3.2.7. Responsabilizar-se por todas as obrigações e encargos decorrentes das relações de trabalho com os profissionais eventualmente contratados para a execução deste Contrato, previstos na legislação pátria vigente, sejam de âmbito trabalhista, previdenciário, social, securitários, bem como taxas, impostos, frete/carreto, embalagens e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o fornecimento ora contratado.

3.2.8. Indenizar a SEJU por todo e qualquer dano decorrente da execução do presente Contrato, por culpa

ou dolo de seus empregados ou prepostos.

3.2.8.1. Para garantia do ressarcimento do dano, total ou parcial, tem a SEJU o direito de retenção sobre o pagamento devido à CONTRATADA.

3.2.9. Cumprir o disposto no inciso V do art.27, da Lei Federal nº. 8.666/93 e v, do art. 73, da Lei

Estadual nº 15.608/2007.

3.2.10. De acordo com o art. 99, XIV, da Lei Estadual nº 15.608/2007, manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar a SEJU, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a execução do contrato.

3.2.11. Indicar representante da empresa, responsável pela gestão do contrato, informando endereço,

telefone, fax e e-mail.

### DA ENTREGA E DO PRAZO DE VALIDADE

CLÁUSULA QUARTA: A entrega será única e integral, ocorrendo em até 15 (quinze) dias da assinatura da Ordem de Fornecimento.

4.1. A entrega dos itens deverá ocorrer na Penitenciária Feminina do Paraná, localizada na Av. das Palmeiras, s/nº - Piraquara/Paraná. Telefones para contato: 3589-8445/3673-2663.

SEUM



## PROTOCOLO Nº 11.914.482-5 PREGÃO PRESENCIAL N.º 047/2013

CONTRATO ADMINISTRATIVO № 146/2013

4.2. Os produtos deverão ser entregues acondicionados em suas embalagens originais lacradas, de modo a permitir completa segurança, quando for o caso e adequada para proteger o conteúdo contra danos durante o transporte desde a origem até o local da entrega.

4.3. A SEJU se reserva no direito de, a qualquer momento, por amostragem, submeter os produtos fornecidos à testes para verificar a qualidade, o atendimento às características do objeto licitado e às normas técnicas, cujos custos deverão ser suportados pela CONTRATADA, nos termos do art. 75 da Lei nº 8.666/93 e 125 da Lei Estadual nº 15.608/2007.

DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

CLÁUSULA QUINTA: Executado o contrato, o seu objeto será recebido na forma prevista no art. 73, inciso II da Lei Federal nº. 8.666/93 e 123, II, "a" e "b" da Lei Estadual nº 15.608/2007.

- 5.1. O recebimento provisório e o definitivo dos produtos não exclui a responsabilidade civil a eles relativa, nem a ético-profissional, pela sua perfeita execução e dar-se-á, o provisório, se satisfeitas as seguintes condições:
- a) de acordo com as especificações apresentadas;

b) nas quantidades estipuladas pela SEJU;

c) devidamente embalado, quando for o caso (sem violação e deformação), acondicionado e identificado nas embalagens originais lacradas;

d) nos prazos e horários de entrega informados pela SEJU.

- 5.1.1. Os produtos em evidente desconformidade com as especificações exigidas será recusado no ato da entrega, sob total responsabilidade da CONTRATADA, que deverá providenciar sua reposição em até 72 (setenta e duas) horas.
- 5.2. O recebimento definitivo dos produtos dar-se-á:

a) após a verificação física para constatar a sua integridade;

b) após a verificação da conformidade com as quantidades e especificações constantes deste Contrato.

5.3. Satisfeitas as exigências acima, será lavrado Termo de Recebimento Definitivo.

- 5.4. Se as condições de recebimento forem insatisfatórias, será lavrado Termo de Recusa, no qual se consignarão as desconformidades, devendo o produto rejeitado ser substituído no prazo de 72 (setenta e duas) horas, quando serão realizadas novamente as verificações acima referidas.
- 5.4.1 Caso a substituição não ocorra no prazo determinado, estará a CONTRATADA incorrendo em atraso na entrega e sujeita a aplicação das sanções previstas neste Contrato.

DO PRAZO

CLÁUSULA SEXTA: Será de 03 (três) meses o prazo de vigência do presente Contrato, contados a partir da data de assinatura.

DO VALOR

CLÁUSULA SÉTIMA: Dá-se a este Contrato o valor global de R\$ 69.530,00 (sessenta e nove mil, quinhentos e trinta reais), de acordo com as características do edital e da proposta, conforme a seguinte discriminação, quantidades e valores unitários:

LOTE ÚNICO						
Item	Otde	Unidade	Descrição sucinta do objeto	Marca	Preço Unit	Preço Total
01	01	Peca	Máquina bordadeira industrial	LANMAX	30.930,00	30,930,00
02	02	Peça	Máquina de costura	LANMAX	10.380,00	20.760,00
03	04	Peca	Elastiqueira	LANMAX	4.460,00	17.840,00
VALOR TOTAL						69.530,00

7.1. As despesas acima correrão à conta da Dotação Orçamentária 4960.14421,034.184 - Ações do FUPEN, Natureza da Despesa 4490.5202 - Aparelhos, equipamentos e máquinas para uso em engenharia, oficinas e produção industrial, Fonte de Recursos: 250.

7.2. Os preços unitários e totais são os mesmos constantes da proposta apresentada pela CONTRATADA.

7.3. Já estão incluídas no preço total todas as despesas de frete, embalagens, impostos, transporte, mão de obra e demais encargos indispensáveis ao perfeito cumprimento das obrigações deste Contrato.

7.4 Os preços estabelecidos neste contrato são fixos e irreajustáveis durante a sua vigência.



### PROTOCOLO Nº 11.914.482-5 PREGÃO PRESENCIAL N.º 047/2013 CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 146/2013



DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

CLÁUSULA OITAVA: A CONTRATADA apresentará ao Grupo Auxiliar Administrativo a Nota Fiscal relativa ao fornecimento ocorrido, contendo discriminação clara e precisa do objeto contratado e seus elementos característicos como identificação do item, especificação, quantidade e preços unitário e total, acompanhada dos originais das Certidões de prova de regularidade para com as fazendas federal, estadual e municipal do domicílio ou sede do licitante, bem como regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) (válidas e regulares).

8.1. A SEJU, identificando qualquer divergência na Nota Fiscal, devolve-la-á à CONTRATADA para a devida regularização, sendo que o prazo estipulado no subitem 8.3 será contado a partir da sua

reapresentação com as devidas correções ou esclarecimentos.

8.2. O valor da Nota Fiscal será o resultante da soma dos preços, conferida e assinada por servidores.

8.3. A Nota Fiscal deverá conter os seguintes dados: Fundo Penitenciário do Paraná – FUPEN – localizado na Avenida das Palmeiras s/n°, CEP: 83.301-970, Piraquara, Paraná, CNPJ n° 08.646.040/0001-17.

8.4 O pagamento será depositado na conta bancária da CONTRATADA até o 15º (décimo quinto) dia útil após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo ou o ateste no verso da Nota Fiscal, pelo órgão

encarregado do pagamento no âmbito do DEPEN/SEJU.

**8.5.** A SEJU se reserva o direito de descontar do pagamento os eventuais débitos da CONTRATADA, inclusive os relacionados com multas, danos e prejuízos contra terceiros, nos termos dos arts. 87, §1º da Lei nº 8.666/93 e 153, §3º da Lei Estadual nº 15.608/2007.

**8.6.** O pagamento ficará condicionado à entrega da totalidade do pedido, sendo que somente serão pagos os produtos efetivamente fornecidos e de acordo com as especificações que integram este Contrato.

8.7. A devolução da fatura não aprovada pela SEJU em nenhuma hipótese servirá de pretexto para que a

CONTRATADA suspenda o fornecimento dos produtos. **8.8.** Nenhum pagamento será efetuado se pendente de liquidação qualquer obrigação da CONTRATADA, não implicando tal fato em alteração do preço proposto, correção monetária, compensação financeira ou

interrupção no fornecimento dos produtos.

8.9. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pela SEJU, entre a última data prevista para pagamento e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, serão pagos mediante solicitação da CONTRATADA, e calculados, "pro rata tempore", por meio da aplicação da seguinte fórmula:

 $EM = I \times N \times VP$ 

Na qual:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = i/365 onde i = taxa percentual anual no valor de 6%.

DA ALTERAÇÃO

CLÁUSULA NONA: Este contrato poderá ser alterado nas hipóteses previstas no art. 65 da Lei Federal nº. 8.666/93 e no art. 112 da Lei Estadual nº 15.608/2007, ficando a CONTRATADA obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões do objeto, observado o limite previsto em Lei, sem que isso implique aumento do preço proposto.

DA HIPÓTESE DE ALTERAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO JURÍDICA

CLÁUSULA DÉCIMA: Na hipótese de alteração das condições de habilitação jurídica da CONTRATADA, mediante fusão, cisão, incorporação ou associação com outrem, a SEJU se reserva o direito de rescindir o Contrato ou continuar sua execução com empresa resultante da alteração social.

10.1. Em caso de cisão, a SEJU poderá rescindir o Contrato ou continuar suá execução pela empresa que, dentre as que surgidas da cisão, melhor atenda as condições iniciais de habilitação em relação ao prazo restante do Contrato.

Página 4/8



# PROTOCOLO Nº 11.914.482-5 PREGÃO PRESENCIAL N.º 047/2013

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 146/2013

10.2. Em qualquer dessas hipóteses, deverá ser formalmente comunicada a ocorrência à SEJU, com a documentação comprobatória da alteração, devidamente registrada.

10.2.1. A não-apresentação do comprovante em até 05 (cinco) dias úteis após o registro da alteração social ocorrida, implicará na aplicação da sanção de advertência e, persistindo a situação, poderá ser rescindido o Contrato por culpa da CONTRATADA, com a aplicação da multa e das demais sanções previstas em lei nessa hipótese.

DA RESCISAO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: O presente Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 e seguintes da Lei nº. 8.666/93 e 129 da Lei Estadual nº 15.608/2007, bem como:

a) Por ato unilateral e escrito da SEJU, independente de aviso, interpelação ou notificação judicial.

b) Por acordo entre as partes, reduzido a termo.

c) Por incapacidade, desaparelhamento ou inidoneidade revelados pela CONTRATADA durante a execução do Contrato.

11.1. No caso de rescisão unilateral, a SEJU não indenizará a CONTRATADA, salvo pelo fornecimento já realizado até o momento da rescisão.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: Pela inexecução total ou parcial do contrato, garantidos o contraditório e a ampla defesa, a CONTRATADA ficará sujeita às seguintes sanções:

a) advertência, por escrito, informando à CONTRATADA sobre o descumprimento de quaisquer obrigações assumidas e a determinação da adoção das necessárias medidas de correção;

b) multa, observados os seguintes limites:

b.1) até 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o décimo quinto dia de atraso, sobre o valor do pedido, em caso de atraso na execução do objeto, ou pela inexecução parcial da obrigação assumida, limitada a incidência a 15 (quinze) dias.

b.2) até 10% (dez por cento) sobre o valor contratado, no caso de atraso superior a 15 (quinze) dias, nas

hipóteses previstas na alínea b.1.

- b.3) até 20% (vinte por cento) sobre o valor contratado, em caso de má qualidade e não atendimento das especificações e quantidades do objeto licitado, bem como nos casos de inexecução total da obrigação assumida e na hipótese de rescisão do contrato, prevista no inciso I do artigo 79 da Lei Federal nº.8.666/93.
- b.4) A Administração, no caso de execução com atraso ou entrega em desconformidade às especificações do objeto licitado, conforme o comprometimento de suas atividades, poderá não aceitar o objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.
- c) suspensão temporária de participar em licitações promovidas pela SEJU e impedimento de contratar com a Administração Pública Estadual, nos termos da Lei nº. 15.608/07 e demais disposições correlatas;
- d) declaração de inidoneidade, nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº. 8.666/93 e do artigo 150, IV, da Lei Estadual n.º 15.608/07.
- 12.1. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido pela CONTRATADA, no prazo de 5 (cinco) dias a contar da data da notificação da sanção, na conta da CONTRATANTE sob pena de ser descontado do pagamento eventualmente devido pela Administração, ou cobrado na forma da Lei.
- 12.2. As multas, quando não recolhidas ou descontadas no prazo descrito no item anterior serão acrescidas de 1% (um por cento) de mora por mês/fração, inclusive referente ao mês da quitação/consolidação do débito, limitado o pagamento com atraso em até 60 (sessenta) dias corridos, após a data da notificação, e, após este prazo, o débito poderá ser cobrado judicialmente.

.12.3. As penas de multa descritas nos itens b.1 ou b.2 (por atraso) poderão ser cumuladas com a multa descrita no item b.3 (compensatória).

12.4 As penas de multa poderão ser aplicadas cumulativamente com as demais sanções previstas neste Contrato.

DAS VEDAÇÕES

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: É vedado à CONTRATADA cauciónar ou utilizar este contrato para qualquer operação financeira, bem como:



## PROTOCOLO Nº 11.914.482-5 PREGÃO PRESENCIAL N.º 047/2013

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 146/2013

13.1. Interromper a execução do objeto sob alegação de inadimplemento por parte da SEJU, salvo nos casos previstos em lei.

13.2. Subcontratar o todo ou parte do objeto, ensejando tal ato em sanções administrativas e rescisão previstas neste Contrato, nos termos dos artigos 122 e 129, VI, a, da Lei Estadual nº 15.608/2007 e 72 e

78, VI da Lei nº 8.666/93.

13.3. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará sujeito à aplicação das penalidades previstas no art. 7º da Lei Federal 10.520/2002 e nos arts. 150 e seguintes da Lei Estadual nº 15.608/2007, poderá ser descredenciado do Cadastro de Licitantes do Estado, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no edital e neste contrato e das demais cominações legais.

DOS CASOS OMISSOS

Serão resolvidos pela CONTRATANTE, à luz da legislação, da jurisprudência e da doutrina aplicável à espécie.

DA PUBLICAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: A eficácia deste contrato decorrerá da publicação de seu extrato no órgão de comunicação oficial do Poder Executivo do Estado do Paraná.

DO FORO

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: As partes elegem o foro da Comarca de Curitiba para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios eventualmente emergentes deste contrato.

E, por estarem assim ajustadas, firmam as partes o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo.

de 2013.

Leonildo de Scuza Grada Secretario de Estado de Estado Secretario Leonildo de Estado de Estado de OSIA 2/2012

Secretária de Estado da Justica, Cidadania e Direitos Pilipanas

Fábio Murilo Chierigatti FMC Fráde Importação e Exportação Ltda

**TESTEMUNHAS:** 

Nome: CPF:

Nome:

CPF:

#### ESTADO DO PARANA SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA



PEDIDO DE EMPENHO - NR. 496000003000575 DATA: 11/12/2013 : SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTICA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS ORGAO UNIDADE : FUNDO PENITENCIARIO - FUPEN SUBUNIDADE : FUNDO PENITENCIARIO DO PARANÁ - FUPEN PROJ/ATIV. : ACCES DO FUPEN NAT DESPESA : APARELHOS, EQUIPAMENTOS E MAQUINAS PARA USO EM ENGENHARIA, OFICINAS E PRODUCAO INDUSTRIAL TIPO EMPENHO .. : ORDINARIO CARACTERISTICAS - RECURSO .... : NORMAL DIFERIDO .....: NAO ADIANTAMENTO : NAO DATA-LIMITE : / / PREVISAO PGTO . : OBRA ..... : NAO ESCRITURAL : NAO N.: PP 047/13 FORMA LICITACAO : PREGAO MAT.CONSUMO : IMEDIATO RES.SALDO .. : NAO CONVENTO : NAO COND PAGTO..: PRAZO ENTR: NR. SID: NAO INFORMADO CREDOR -CODIGO : 1005976-0 CGC : 09111572000112 C/C BANCO: 0001 AG. 1426 CONTA 0000063000-4 NOME : FMC TRADE IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA. ENDERECO : EGITO 53 VILA ALTO DA CRUZ I COLOMBO CEP: 83405060 U.F.: PR DEMONSTRATIVO DO SALDO ORCAMENTARIO SALDO ORCAM, ATUAL I DOTACAD ORCAMENTARIA SALDO ORCAM. ANTERIOR VALOR EMPENHADO 49 60 0000 4184 0000 4490.5202 250 69,530,00 VALOR TOTAL DO EMPENHO : RS HISTORICO : DESPESAS COM AQUISIÇÃO DE MAQUINAS BORDADEIRA, COSTURA E ELASTIQUEIRA PARA CANTEIRO DE TRABALHO - PR OTOCOLO : 11.914.482-5 DESPESA AUTORIZADA EM : 11/12/2013 MI MALANDA MANA NOME ORDENADOR : MAURICIO KUEHNE CODIGO ORDENADOR: 01725

11/12/2013 10:54:55 001152.FDD7681R

and the second of the second o

#### ESTADO DO PARANA SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA



DATA: 11/12/2013 PEDIDO: 496000003000575 EMPENHO: 49600000300560-1 I NOTA DE EMPENHO - EMP : SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTICA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS ORGAO : FUNDO PENITENCIARIO - FUPEN UNIDADE C.N.P.J DA UNIDADE: 08.646.040.0001-17 SUB-UNIDADE : FUNDO PENITENCIARIO DO PARANA - FUPEN PROJ/ATTV. : ACCES DO FUPEN TIPO EMPENHO . . : ORDINARIO CARACTERISTICAS - RECURSO .... : NORMAL ADIANTAMENTO: NAO DATA-LIMITE: // DIFERIDO ..... : NAO ESCRITURAL . : NAO PREVISAO PGTO . : OBRA ..... : NAO N.: PP 047/13 FORMA LICITACAO : PREGAO UTILIZACAO.. : IMEDIATO CONVENIO : NAO RES.SALDO .. : NAO COND PAGTO..:
D.D.F....: \*\*\* NAO INFORMADA
P.A.D.V...: NAO INFORMADO PRAZO ENTR: NR. SID...: NAO INFORMADO CREDOR -CODIGO : 1005976-0 CGC : 09111572000112 C/C BANCO 0001 AG. 1426 CONTA 0000063000-4 : FMC TRADE IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA. NOME ENDERECO : EGITO 53 VILA ALTO DA CRUZ I COLOMBO CEP: 83405060 U.F.: PR DEMONSTRATIVO DO SALDO ORCAMENTARIO SALDO ORCAM. ATUAL SALDO ORCAM, ANTERIOR VALOR EMPENHADO DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA 981,654,00 69.530,00 917.174,00 49 60 0000 4184 0000 4490.5202 250 VALOR TOTAL DO EMPENHO : HISTORICO : DESPESAS COM AQUISIÇÃO DE MAQUINAS BORDADEIRA, COSTURA E ELASTIQUEIRA PARA CANTEIRO DE TRABALHO - PR OTOCOLO : 11.914.482-5 ORDENADOR DA DESPESA : 01725 - MAURICIO KUEHNE DATA AUTORIZACAO DESPESA : 11/12/2013

CHEFE DO GRUPO FINANCEIRO SETORIAL

1

Edilena Paraira Phósito 20131211 11/12/2013 10:53:53:001152.FDD7680R

35 (A) E (A) 111. \$4.5 \$4.6 \$1 \$1 \$1 \$1 \$1 \$1 \$1 \$1 \$1

10 51 40400010 - 8 1 - PR